

Apresentação do dossiê
Diálogos na Teoria Crítica
(Parte I)

A proposta do dossiê *Diálogos na Teoria Crítica* reside em explorar, com rigor teórico-conceitual, alguns dos principais debates que tiveram impacto sobre a consolidação da teoria crítica da sociedade ou sobre a trajetória intelectual de seus representantes, mostrando como a filosofia e a teoria social não se fazem de modo solitário e estático, mas envolvem, no mais das vezes, um processo dinâmico de interação com outros pensadores, outras tradições teóricas, e outros modos de fazer filosofia e teoria social.

A teoria crítica, em particular, consolidou-se como corrente de pensamento que sempre ofereceu um campo altamente fértil para o florescimento do debate teórico: desde o texto seminal de Max Horkheimer publicado em 1937, a teoria crítica procurou se constituir – segundo a veia polêmica herdada de Marx – em contraposição ao que chamou de “teoria tradicional”, o que deu ensejo a inúmeras controvérsias com pensadores filiados a diferentes tradições filosóficas. A relação da teoria crítica com a teoria tradicional não tomou, contudo, somente a forma da contraposição, mas envolveu também a apropriação e a reformulação dos aspectos considerados mais produtivos de correntes teóricas que não se enquadram em uma delimitação mais estrita do campo crítico. Afinal, em seu compromisso com a busca por potenciais emancipatórios na realidade social do presente, a teoria crítica tem “como pressuposto a totalidade do saber disponível e a assimilação do material adquirido através da pesquisa própria ou de outrem”¹ – inclusive da teoria

¹ HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: **Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas** (Coleção Os Pensadores). Trad. E. A. Malagodi, R. P. Cunha. São Paulo: Abril, 1975 [1937], p. 151.

tradicional. Além disso, é preciso destacar também que o próprio arcabouço crítico é composto por um corpo teórico profundamente diversificado, de modo que não são raros, entre seus representantes, desacordos e divergências que tomaram a forma de debates mais ou menos explícitos, mais ou menos acalorados.

Por esses motivos, é possível afirmar que o intercâmbio teórico-conceitual não só faz parte da dinâmica de desenvolvimento, mas está na própria base de sustentação da teoria crítica da sociedade. Na chamada de artigos para o este dossiê, assim, procuramos manter o escopo temático o mais amplo possível, de modo que pudessem ser submetidos textos vinculados seja ao trajeto intelectual de um autor, seja à constituição de determinados campos de problemas ou, ainda, à consolidação conceitual e institucional da tradição crítica – desde que não se perdesse de vista o aspecto dialógico dos desenvolvimentos teóricos analisados. Tampouco a ideia de *diálogo* foi tomada de forma muito restritiva, sendo consideradas como objetos possíveis de análise interlocuções envolvendo um ou mais pensadores ligados ao campo crítico e podendo ter sido registradas em livros, ensaios, cartas, palestras, volumes e coletâneas conjuntos, intervenções em meios de comunicação, biografias intelectuais, livros de memórias, entrevistas, etc. Tais interlocuções teóricas podem ter se dado, além disso, na forma de um diálogo no sentido literal do termo, bem como de modo apenas indireto, velado, involuntário, ou mesmo unilateral e imaginário – lembre-se aqui da famosa metáfora de Albert Salomon segundo a qual Weber escreveu grande parte de sua obra debatendo com o fantasma de Marx.

Os artigos – bem como as resenhas, traduções e entrevistas – recebidos nos surpreenderam positivamente em termos de quantidade, qualidade e variedade, atestando que o debate acadêmico em torno da teoria crítica se encontra bem estabelecido no Brasil, tendo alcançado um elevado nível de maturidade. Não foram apenas estudiosos brasileiros, no entanto, que submeteram artigos para a sessão temática: recebemos contribuições também de autores de diversos países, tais como Canadá, Sérvia, Espanha, Finlândia e Estados Unidos, cujas contribuições serão publicadas no

idioma em que foram submetidas (inglês ou espanhol). Tantos foram os textos recebidos e aprovados para publicação, que a comissão editorial da *Revista Idéias* decidiu por dedicar dois volumes ao tema. Na presente edição apresentamos a Parte I do dossiê, composta por textos que tratam de uma variada gama de temas, períodos e debates importantes para a história e a atualidade da teoria crítica, incluindo autores como Karl Wittfogel, Carl Grünberg, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Michel Foucault, Axel Honneth, Paul Ricoeur, Charles Taylor, Judith Butler, Rainer Forst, Wendy Brown e Maurizio Lazzarato. A Parte II do dossiê – em processo de finalização – será publicada como número especial em 2017.

O primeiro artigo do dossiê, escrito por Vladimir Puzone (UnB) e Fábio de Maria (USP), aborda um momento que se mostrou crucial para o estabelecimento da teoria crítica enquanto corrente de pensamento com características próprias: o período que compreende a passagem da direção do Instituto de Pesquisa Social, em Frankfurt, de Carl Grünberg para Max Horkheimer. Para destacar as transformações teóricas pelas quais passa o Instituto nessa fase inicial, os autores mobilizam os discursos inaugurais proferidos por Grünberg e Horkheimer em 1924 e 1931, respectivamente, mostrando como o programa teórico que se inicia na década de 1930 se afasta, mediante a recusa do positivismo e do determinismo, da visão mais ortodoxa do marxismo adotada por Grünberg. Os autores do artigo também apontam, contudo, que tal deslocamento teórico não representa uma cisão total entre os dois períodos, e, para ilustrar esse jogo entre continuidade e ruptura, lançam mão da análise dos escritos de Karl August Wittfogel – um autor ligado ao Instituto desde seus primórdios e em cujos estudos encontra-se cristalizada a ambivalência que marca a teoria crítica na década de 1930, na medida em que oscila entre um modelo de pensamento mais próximo do determinismo econômico, de um lado, e de outro uma explicação social que confere importância aos aspectos políticos, ideológicos e psicológicos da dominação capitalista. Ao trazer para o primeiro plano textos pouco debatidos de um autor nas margens do Instituto de Pesquisa Social – textos

que, ademais, não estão disponíveis para o leitor lusófono –, a contribuição de Puzone e de Maria para o presente dossiê representa uma valiosa contribuição, também, para uma compreensão mais aprofundada dos dilemas e debates que conformavam o ambiente teórico no qual surgiu o que conhecemos hoje como teoria crítica da sociedade.

No segundo texto que compõe o dossiê, Bruna Della Torre de Carvalho Lima (USP) e Eduardo Altheman Camargo Santos (USP) tomam por objeto um debate mais conhecido no mundo acadêmico voltado para a teoria crítica: a contraposição entre as perspectivas de Theodor Adorno e de Herbert Marcuse acerca da relação entre teoria e práxis – ou, mais precisamente, acerca dos acontecimentos políticos envolvendo o movimento estudantil alemão em fins da década de 1960. Apesar de mais conhecido, este debate é muitas vezes retratado de forma caricata, como se cada pensador em questão representasse um polo oposto ao outro, Adorno figurando do lado do ceticismo quanto à proficuidade do engajamento político e Marcuse aparecendo como grande apoiador do ativismo dos movimentos sociais e estudantis da época. Com o propósito de matizar essa visão parcial e redutora, Lima e Santos recorrem não apenas à obra teórica, a intervenções públicas de ambos os pensadores ou a coletâneas publicadas de correspondência entre eles, mas também a cartas e outros documentos inéditos abrigados nos arquivos de Adorno e de Marcuse em Berlim e Frankfurt. Em lugar de apenas reforçar as discordâncias mais evidentes entre os teóricos críticos, o artigo ilumina a especificidade dos contextos concretos que deram origem a tais discordâncias, chamando a atenção para a existência de uma diversidade de movimentos estudantis, com métodos, atuações e posicionamentos distintos. Além disso destacam-se, no artigo, as aproximações entre certos posicionamentos de Adorno e Marcuse com respeito ao movimento estudantil – especialmente a crítica ao caráter anti-intelectualista de parte dos movimentos e o reconhecimento de que, mesmo não podendo ser caracterizados como *revolucionários*, os movimentos estudantis representavam, no entanto, forças de resistência. Com recurso cuidadoso a uma série de fontes, assim, Lima e Santos

recuperam uma visão menos monolítica das posições de Adorno e Marcuse sobre a relação entre teoria e prática.

O diálogo abordado no artigo de autoria de Antonio Ianni Segatto (UNESP), por sua vez, toma um caminho diferente, e por dois motivos principais. Em primeiro lugar, trata-se de um debate entre um autor que se filia claramente à teoria crítica (Jürgen Habermas) e um filósofo que não se deixa enquadrar tão facilmente em uma concepção estrita dessa tradição teórica (Michel Foucault). Embora não se possa falar exatamente em um debate entre teoria crítica e teoria tradicional – o quadro conceitual foucaultiano vai, sem dúvida, muito além da descrição que Horkheimer faz da teoria tradicional no texto seminal de 1937 –, trata-se certamente de uma contraposição que toca no que é considerado um dos alicerces centrais do edifício conceitual da teoria crítica, isto é: a inseparabilidade entre as dimensões descritiva e normativa da filosofia. Habermas critica a separação presente em Kant e retomada sem reparos por Foucault entre uma “analítica da verdade” e uma “ontologia do presente”. Tal separação seria um obstáculo para a possibilidade de se pensar a dialética do esclarecimento para além de uma crítica radical ou do abandono da razão e Habermas teria razão, defende o autor, ao procurar num conceito comunicativo de razão os critérios imanentes para a crítica do discurso filosófico da modernidade. O artigo de Segatto diferencia-se ainda, em segundo lugar, na medida em que a análise tem por objeto um diálogo que se deu de forma indireta, implícita. Se não há cartas ou intervenções públicas conjuntas que possam atestar um “diálogo real” entre Foucault e Habermas, argumenta o autor, seus escritos teóricos comprovam, contudo, a existência de um *diálogo filosófico*, o qual gira em torno especialmente de como cada um se relaciona com a herança do pensamento kantiano acerca da modernidade. Tomando como fio condutor o notório questionamento de Kant acerca do significado do esclarecimento, ou *Aufklärung*, o texto ilumina, de forma precisa, o cerne do que está em questão na divergência entre dois dos maiores filósofos do século XX.

A teoria crítica de Habermas também é objeto de análise no artigo de Rúrion Melo (USP/CEBRAP). Em sua em sua contri-

buição para o dossiê, ele aborda importantes deslocamentos teóricos na obra habermasiana a partir das objeções feitas por Thomas McCarthy – um dos mais respeitados intérpretes do filósofo alemão no mundo anglófono, cujas críticas em diversas ocasiões receberam respostas diretas por parte de Habermas. Trata-se aqui de um diálogo, portanto, que não deixou incólumes os envolvidos e cujos efeitos podem ser sentidos, por exemplo, na produção teórica habermasiana mais recente. Em seu texto, Melo aborda os questionamentos que McCarthy dirigiu à teoria da democracia de Habermas e, mais especificamente, à exigência de aceitabilidade racional do procedimento discursivo nela pressuposta: afinal, como pode tal exigência ser compatibilizada com o caráter conflituoso, transpassado por situações de dissenso e relações assimétricas de poder, das sociedades pluralistas atuais? Dito de outro modo: é plausível exigir que os discursos racionalmente motivados sejam capazes de solucionar conflitos de valores e de interesses com recurso apenas à pressuposição de aceitabilidade racional? McCarthy traz, assim, para o primeiro plano – acertadamente, segundo Melo – questões relacionadas aos conflitos práticos nas democracias realmente existentes. Apesar de reconhecer a força e a importância dessas observações críticas, o autor procura indicar como a teoria habermasiana da democracia pode suplantá-las, com recurso especialmente à caracterização da esfera pública desenvolvida a partir de *Facticidade e validade*. Do livro de 1992 em diante, torna-se claro que a esfera pública não se encontra, para Habermas, subsumida ao ideal normativo da dimensão procedimental dos discursos práticos: trata-se, ao contrário, de um “espaço social aberto, dinâmico e em disputa”, capaz de incorporar uma compreensão ampliada da prática política.

No primeiro artigo internacional do dossiê, Marjan Ivković (Universidade de Belgrado, Sérvia) coloca em questão o intercâmbio teórico entre filósofos que, apesar de pertencerem ambos ao campo crítico, são comumente caracterizados como representantes de diferentes paradigmas – ou “gerações” – dessa tradição de pensamento. Por um lado, Habermas é considerado o autor inaugural da chamada segunda geração da teoria

crítica, marcada especialmente pela ênfase em uma concepção comunicativa de racionalidade, ao passo que Axel Honneth figura como um dos principais expoentes da terceira geração, a qual abrange uma pluralidade de abordagens teóricas cujo ponto de partida comum é uma apropriação crítica da teoria habermasiana. O propósito do artigo em pauta não reside, entretanto, em reforçar os aspectos que separam estes autores a ponto de se poder falar em distintos paradigmas críticos. Para Ivković, conceber a obra de Honneth como uma tentativa de suplantar por completo a abordagem teórica de Habermas representa uma interpretação errônea do modelo crítico honnethiano, muitas vezes ligada a acusações, igualmente injustificadas, de que este modelo estaria baseado em uma filosofia social essencialista e em uma teoria social simplista, redundando, conseqüentemente, em uma espécie de recuo com relação aos avanços conceituais do paradigma crítico inaugurado por Habermas. Para mostrar o equívoco desse posicionamento, Ivković reconstrói de modo cuidadoso e nuançado a trajetória teórica de Honneth, de forma a pôr em evidência como este autor assume para si a ambição meta-teórica central de Habermas – articular, de um lado, uma perspectiva crítica com fundações normativas pós-metafísicas e, de outro, um diagnóstico substantivo e empiricamente informado das formas contemporâneas de dominação social. Ademais, a “tensão produtiva” entre estes dois imperativos teóricos, já presente em Habermas, encontrar-se-ia ainda mais acentuada em Honneth. O autor constata ainda que, em sua obra mais recente, Honneth reabilita ao menos em parte o arcabouço conceitual característico das teorias sistêmicas, reconciliando-se deste modo com um dos aspectos que ele havia criticado mais duramente em Habermas, o que indica que seu complexo diálogo com a herança habermasiana permanece ativo até os dias atuais.

O texto de autoria de Radu Neculau (Universidade de Windsor, Canadá) encerra os artigos desta primeira parte do dossiê Diálogos na Teoria Crítica trazendo para o centro do debate uma relação que certamente merece mais atenção do que comumente recebe: a relação entre teoria crítica e hermenêutica. Nesta segunda contribuição

internacional para o presente volume, Neculau tematiza, mais precisamente, a dimensão hermenêutica tanto da teoria honnethiana do reconhecimento bem como da proposta metodológica centrada na noção de “reconstrução normativa”, que Honneth desenvolve em *O direito da liberdade* e outros escritos recentes. O autor defende que, para Honneth, as lutas por reconhecimento representam práticas sociais (implicitamente) interpretativas na medida em que consistem em conflitos acerca da interpretação de valores. A visão honnethiana acerca dos processos de legitimação ou questionamento de tais práticas interpretativas teria sido, nesse sentido, influenciada pela crítica que a hermenêutica direciona ao representacionalismo e objetivismo filosóficos. A reconstrução normativa, por sua vez, envolve um duplo movimento: as interpretações de primeiro nível, presentes nas práticas comunicativas de reconhecimento, e as de segundo nível, que o teórico crítico realiza quando procura extrair princípios *válidos* de justiça social a partir das normas e valores aos quais os agentes recorrem quando se engajam em práticas interpretativas de primeiro nível. A dialética entre interpretação e aplicação assim gerada leva a transformações no conteúdo normativo não apenas das normas, instituições e práticas sociais, como também dos *valores* de fundo que lhes subjazem. A reconstrução normativa pode, então, levar ao questionamento da legitimidade do próprio contexto normativo de fundo, abrindo a possibilidade para que os valores dominantes em um determinado momento sejam criticados, deslegitimados e eventualmente, a partir da consequente perda de seu poder motivacional, transformados ou superados. Por fim, Neculau procede ainda a uma comparação entre a reconstrução normativa de Honneth e outras duas abordagens de filosofia social profundamente influenciadas pela hermenêutica: a de Charles Taylor e a de Paul Ricoeur, procurando mostrar tanto as aproximações entre elas quanto as vantagens teóricas do modelo crítico honnethiano.

Ainda no contexto temático do dossiê, na seção de traduções, Aléxia Bretas (UFABC) nos traz a primeira versão em português do debate entre Judith Butler e Nancy Fraser acerca da distinção entre cultura e economia, reformulada nas oposições entre

esquerda “cultural” e esquerda “materialista”, entre movimentos identitários pelo reconhecimento da diferença e movimentos igualitários pela supressão da desigualdade, etc. Se é verdade que ambas as autoras procuraram desmistificar tais oposições como falsas dicotomias, em seu aporte para o debate, no entanto, Judith Butler questiona de modo incisivo e minucioso não apenas o modo como a cisão entre o cultural e o material aparece nas versões mais caricatas de um marxismo ortodoxo e determinista, mas também a maneira como ela é sub-repticiamente reafirmada mesmo em certas tentativas – como a de Fraser – de superar tal dicotomia. O problema de tais tentativas, de acordo com Butler, é que elas não levam suficientemente a sério a imbricação entre a regulação da sexualidade e o funcionamento do modo de produção econômico, o que os leva a reproduzir, dentro da esquerda, o menosprezo e a subordinação violenta que determinados grupos – tachados de “meramente culturais” – sofrem em seu cotidiano. A tradução da réplica de Nancy Fraser, na qual ela afirma concordar com a crítica mas divergir da solução de Butler, será publicada na Parte II do dossiê Diálogos na Teoria Crítica.

Na seção de entrevistas, Gustavo Gumiero (Unicamp) dialoga com o filósofo e sociólogo italiano Maurizio Lazzarato acerca de sua trajetória de atuação teórica e política, desde o engajamento no movimento operário italiano, durante sua juventude, até os desenvolvimentos mais recentes de sua reflexão social e filosófica, passando por seu exílio na França e o diálogo com pensadores como Antonio Negri e Félix Guattari. Autor de uma expressiva quantidade de livros que abrangem um amplo escopo temático – tais como *Signos, máquinas, subjetividades*, *Videofilosofia*, *A fábrica do homem endividado*, *O governo das desigualdades*, *Intermitentes e precários*, *Experimentações políticas*, *Poderes da invenção*, *Marcel Duchamp e a recusa do trabalho*, *Guerras e capital* (alguns ainda inéditos em português) –, Lazzarato é, no entanto, mais conhecido no Brasil por seu estudo sobre o *Trabalho imaterial*. Na entrevista ora publicada, o autor nos descreve não apenas as circunstâncias que o levaram a abordar esse tema, mas também os motivos que ocasionaram seu progressivo distanciamento com relação àquela

perspectiva e seu interesse por temas como a dívida, a tecnologia, a servidão maquínica e as guerras. Se há um fio que perpassa essa variedade de preocupações teóricas, Lazzarato não deixa dúvidas de que se trata do impulso de melhor compreender e, assim, criticar as relações sociais capitalistas do presente.

Fechando a sessão temática do presente volume, o livro resenhado por Camila Gonçalves De Mario (UNESP/Universidade Anhembi Morumbi) documenta um diálogo em seu sentido literal: *The Power of Tolerance* (2014) registra o debate travado entre Wendy Brown e Rainer Forst por ocasião de um evento em Berlim acerca deste tema tão caro para a atualidade (e de alta relevância para o contexto brasileiro atual, como bem destaca De Mario). Na publicação, que reproduz não apenas as palestras de cada autor, mas também a discussão que se seguiu – incluindo as questões e as reações do público –, é possível perceber como este formato de debate, dinâmico e vivo, favorece uma interlocução que vai além das discordâncias entre os envolvidos e permite a busca por um terreno comum, ainda que preservadas as particularidades do caminho seguido por cada um. Em sua resenha, De Mario procura justamente manter este equilíbrio entre consonâncias e distanciamentos, demonstrando como, apesar de concordarem acerca dos efeitos negativos do discurso da tolerância (já que implica em uma relação na qual alguém tolera e outro é tolerado e, portanto, remete a uma relação hierárquica de poder), Brown e Forst discordam, contudo, quanto à possibilidade de reformular a ideia de tolerância de modo a que ela possa desempenhar um papel produtivo no contexto de um projeto político emancipatório.

O presente volume conta ainda, em sua seção livre, com três artigos atinentes à temática do dossiê “Os trabalhos das mulheres”, publicado na edição anterior da *Revista Idéias* (vol. 7, n. 1), atestando o amplo interesse de que esse tema goza na atualidade. Em seu artigo sobre as condições de vida e de trabalho de mulheres catadoras, Camila Capacle Paiva (UNICAMP) desnuda os desafios por elas enfrentados nas cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis: precarização das atividades laborais, divisão sexual do trabalho, jornadas duplas. Levando

em consideração o caráter complexo dessa realidade, no entanto, a autora mostra ainda que o trabalho também representa para essas mulheres a possibilidade de trazer novos significados para suas vidas na medida em que as permite articularem-se para lutar por seus direitos e exercerem funções de liderança. Janaina de Souza Monteiro (UFC) e Leonardo Lima Ribeiro (UECE) relacionam, em sua contribuição para este volume, sexualidade e modo de produção capitalista. Inspirado nos escritos de Foucault sobre a biopolítica, o texto defende que a flexibilização característica do capitalismo em sua fase neoliberal atinge diversas dimensões da vida humana, inclusive a dimensão da sexualidade. Sem a potência de indeterminação do desejo e da sexualidade de uma vida não capturada, defendem os autores, a sexualidade acaba por se tornar um instrumento biopolítico em consonância com o funcionamento mais geral da economia política. O artigo de Taís Viudes de Freitas (UNICAMP), por fim, também aborda o tema da flexibilização, tomando como eixo a exigência, que tão frequentemente recai sobre as mulheres, de articular as esferas profissional e familiar em um contexto em que o tempo de trabalho torna-se flexível e, por isso, incerto. Por meio de entrevistas com mulheres que trabalham nos ramos do comércio varejista e do teleatendimento, a autora analisa não apenas os fardos que as condições de trabalho flexíveis impõem sobre elas, mas também o modo como as redes femininas de cuidado e de apoio as auxiliam a contorná-los.

A arte da capa foi criada por Natália Calamari especialmente para o presente dossiê.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

*Mariana Teixeira*¹

*Raphael Concli*²

Comitê editorial da Revista Idéias

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Contato: mariana.on.teixeira@gmail.com.

² Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Contato: raphconcli@gmail.com.